

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 38 No. 2 Maio - Agosto 2025

Dossiê: Arqueologia Histórica dos Grupos Indígenas no Litoral Sudeste

ARTIGO

INTERPRETANDO AUSÊNCIAS INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO DO RIO DE JANEIRO

Marina Coppoli Dias de Miranda*

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre os fatores que contribuem para a baixa preservação dos sítios arqueológicos indígenas na cidade do Rio de Janeiro. Utilizando os resultados da pesquisa recente feita sobre o Sítio Arqueológico de Manguinhos, de 2021, foi possível discutir as dificuldades do contato cultural entre grupos indígenas e colonizadores europeus. As mudanças teóricas e transformações urbanas influenciaram a ausência desse contexto, principalmente em centros urbanos. Por tanto, o presente estudo busca demonstrar a importância das reflexões sobre as ausências de contextos nos processos de formação e destruição de sítios arqueológicos urbanos.

Palavras-chave: Arqueologia histórica; Contato cultural; Processos de formação de sítios.

* Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora colaboradora do Laboratório de Arqueologia Histórica do PPGArq. E-mail: marina_cdm@live.com.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-0494-567X>

INTERPRETING INDIGENOUS ABSENCE IN THE URBAN CONTEXT OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

The article presents a study on the factors that contribute to the lack of visibility of indigenous archaeological sites in the city of Rio de Janeiro. Utilizing the results of the recent investigation carried out on the Manguinhos Archaeological Site in 2021, it was possible to discuss the difficulties in identifying and analyzing contexts of cultural contact between the indigenous groups and European colonizers. Theoretical approaches and urban transformations influenced the low visibility of this context in the archaeological record; thus, I seek to show the importance of reflecting on the possible causes of the absence of this context in the formation process and destruction of urban archaeological sites.

Keywords: Historical archaeology; Culture contact; Site formation processes.

INTERPRETACIÓN DE LAS AUSENCIAS INDÍGENAS EN EL CONTEXTO URBANO DE RIO DE JANEIRO

RESUMEN

Este artículo presenta un estudio sobre los factores que contribuyen a la falta de visibilidad de los sitios arqueológicos indígenas en la ciudad de Rio de Janeiro. A partir de los resultados recientes de la investigación realizada en el Sitio Arqueológico de Manguinhos en 2021, fue posible discutir las dificultades en identificar y analizar contextos de contacto cultural entre grupos indígenas y colonizadores europeos. Los abordajes teóricos y las transformaciones urbanas influyen en la baja visibilidad de este contexto en el registro arqueológico. Este estudio busca demostrar la importancia de reflejar sobre las ausencias de contextos en los procesos de formación y destrucción de sitios arqueológicos urbanos.

Palabras clave: Arqueología histórica; Contacto cultural; Procesos de formación de sitios.

INTRODUÇÃO

O passado indígena no período histórico da cidade do Rio de Janeiro/RJ e seu contexto são pouco estudados na arqueologia devido à dificuldade de preservação de seus vestígios. Apesar da grande variedade de interações e assentamentos entre diferentes grupos culturais desde o século XVI, os sítios de contato cultural são raros achados arqueológicos nos espaços urbanos. Nos casos em que há uma ausência de materiais arqueológicos desses contextos, é compreensível inferir que o contexto não existiu. Porém, este trabalho problematiza dois fatores que poderiam explicar a baixa visibilidade desse tipo de cenário: como a teoria arqueológica contribuiu para variações na identificação desses sítios ao longo do tempo; e como os processos de formação e destruição podem afetar sua preservação.

A transformação do ambiente natural do Rio de Janeiro/RJ é um dos fatores mais significativos no processo de apagamento do passado de grupos subalternizados, que teve início desde a ocupação europeia, mas foi intensificado principalmente a partir das modificações urbanas do século XX. A grande escala dessas transformações resultou na dificuldade em considerar a cidade como um sítio arqueológico, sendo a solução investigar recortes menores, como bairros ou unidades domésticas (Lima, 2022, p. 126). Além das dificuldades de interpretação criadas pela sobreposição de aterros e do tamanho da cidade, Peixoto e Machado (2022) observaram um desequilíbrio entre as informações sobre os diferentes séculos de ocupação colonial. As pesquisas arqueológicas no Rio se encontram, em sua maioria, em pontos centrais da cidade e são majoritariamente sobre o século XIX (Peixoto; Machado, 2022, p. 582). A intensificação urbana também ocorreu devido à valorização de construções novas e à modificação da cidade para se encaixar nos padrões europeus e, posteriormente, no conceito de cidade moderna industrial.

O resultado disso são estratigrafias densas e complexas que representam os processos de destruição, construção, reconstrução, deposição e redeposição de aterros (Lima, 2022, p. 125). Os aterros formam grande parte do subsolo do Rio de Janeiro, principalmente nos locais de grande incidência de sítios arqueológicos registrados na cidade, como, por exemplo, no centro e nas margens da Baía de Guanabara.

Foi a partir da dificuldade em encontrar contextos de contato cultural indígenas em sítios urbanos do Rio de Janeiro que o projeto de mestrado sobre o Sítio Arqueológico de Manguinhos se desenvolveu. Apesar do registro inicial do sítio, realizado pela pesquisadora Beltrão em 1966, com a indicação de fragmentos de cerâmicas europeias e indígenas, além de material malacológico, não foram encontradas evidências desse contexto nem nos monitoramentos subsequentes (Campos, 2014; Lima, 2011; Scaramella, 2019; Tenório, 2002), nem na escavação realizada para a pesquisa de mestrado de 2021 (Miranda, 2021). Com isso, surgiu o questionamento sobre os motivos desse resultado na escavação.

Assim, este artigo sintetiza os resultados do projeto de Mestrado intitulado “Em busca dos sítios de contato em contextos urbanos: o caso do sítio arqueológico de Manguinhos, Fiocruz – RJ”. Inicialmente, a intenção era caracterizar o sítio a partir de uma abordagem pós-processual e comparar interpretações com seu registro original. No entanto, a falta de vestígios indígenas recuperados durante a escavação levou à problematização das formas pelas quais registramos os sítios de contato e dos processos que podem ocorrer nos contextos arqueológicos durante as transformações.

VIÉS TEORICO

A compreensão sobre a definição de sítios de contato variou ao longo do século XX em função das diferentes vertentes teóricas que desenvolveram-se dentro da Arqueologia, mais especificamente dentro da Arqueologia Histórica. A partir da década de 1950, a intenção era abordar interpretações e transformações sobre a materialidade, com base em uma visão euro centrada. Esses temas eram interpretados à luz da ideia de difusão das culturas europeias sobre as populações nativas, incluindo seu impacto e interação cultural (Deetz, 1977, p. 5).

A abordagem denominada histórico-cultural foi o alicerce do pensamento arqueológico, e já se interessava em entender o passado ao definir cronologias e mudanças culturais. No entanto, o funcionamento dos grupos culturais era interpretado principalmente pelos mecanismos de transmissão de tecnologias, como a difusão, a aculturação, o intercâmbio e as migrações, que eram refletidas em tipologias de artefatos e representadas em cronologias fixas (Lyman *et al.*, 1998). Essa perspectiva não conseguiu definir conclusivamente o que causava as transformações culturais, como os contatos ocorriam, e nem as complexidades das transformações culturais no registro arqueológico (Lyman *et al.*, 1998, p. 197).

Em 1955, a Society for American Archaeology (SAA) se organizou para discutir as tendências teóricas e metodológicas no meio acadêmico dos Estados Unidos, definindo oito tipos de situações de contato para descrever a natureza e consequências dessas interações (Lathrap, 1956 *apud* Lyman *et al.*, 1998, p. 195-196). Seguindo a mesma linha, Fontana (1965) classificou os diferentes tipos de sítios históricos e definiu pela primeira vez a categoria de “sítio de contato”, que teria como obrigatoriedade a presença de materiais europeus para ser considerado sítio histórico (Fontana, 1965, p. 61). Uma crítica a essa perspectiva seria que o material europeu legitima a existência histórica indígena, quando, na realidade, a presença indígena em contextos após a colonização não se limita aos vestígios estrangeiros.

Essa visão eurocêntrica também estava presente no contexto da arqueologia brasileira. Os estudos de arqueologia histórica se baseavam na materialidade europeia, refletida na importância dada à restauração das edificações coloniais (Lima, 1993, p. 226). Nesse âmbito, foi estabelecida a tradição cerâmica denominada neobrasileira, definida como uma cerâmica de uso doméstico com uma mistura de técnicas de várias procedências (Symanski, 2009, p. 2). Essa classificação da cerâmica materializou e uniformizou a experiência indígena (Souza, 2008), consequentemente limitando o entendimento das formas diferentes na qual diversos grupos indígenas podiam incorporar ou rejeitar novos materiais.

Responsável pelo registro do sítio de Manguinhos na década de 1960, a arqueóloga Maria Beltrão adotava em suas pesquisas as noções de cronologias e processos de aculturação. A pesquisadora se utilizou do conceito de “sítios-tipo”, similar às categorias definidas por Fontana (1965), onde ela estabelece a cronologia dos períodos da tradição Tupi-Guarani, baseada nos diferentes tipos e tamanhos de assentamentos, bem como na tipologia dos materiais, na presença de material europeu e na documentação histórica (Beltrão, 2014, p. 155). A limitação dessa perspectiva ocorreu principalmente por reforçar o apagamento histórico dos grupos culturais indígenas, apesar de terem sido os primeiros registros de sítios de contato na documentação da Arqueologia como disciplina.

As perspectivas subsequentes, processuais e pós-processuais, desenvolveram estudos voltados às continuidades temporais, permitindo a interpretação de que havia uma diversidade de contatos. As perspectivas incluíram nas interpretações arqueológicas

diferentes sistemas e modelos de interação, além de um interesse maior pelo meio ambiente e uma visão positivista do passado (Binford, 1962). Posteriormente, também foi fundamental para adicionar o protagonismo indígena no passado, ao reconhecer suas agências e escolhas.

Esse protagonismo foi inserido ao reconhecer que os sítios não tinham tipos específicos de aculturação, como se acreditava anteriormente, e também não se localizavam em um único espaço de interação. Enquanto os primeiros encontros podiam ocorrer em uma variedade de locais, outros podiam ser ressignificados nos espaços de vivência de grupos indígenas ou europeus. Essas interações podiam ser esporádicas ou contínuas, dependendo das negociações e intenções dos diferentes grupos envolvidos (Jordan, 2009; Rice, 1998; Silliman, 2005).

Para entender as interações, Lightfoot e Martinez (1995) utilizaram o conceito de zonas de interface cultural entre grupos heterogêneos de populações, para conseguir traduzir as ressignificações e utilizações de novos elementos. Podemos concluir que não existe um tipo único de contato ou de sítio. Afinal, o contato cultural não é um marcador que define os tipos de assentamentos, mas em que medida um grupo ou indivíduo incorpora novos conceitos e materialidades. Em um projeto com amplo material arqueológico disponível, é possível identificar o tipo de sítio a partir do tipo de contato ao se analisar os vestígios e o contexto.

Atualmente, a linha teórica mais apropriada se encaixa nos debates pós-coloniais da vertente pós-processual, a qual trata de arqueologias indígenas pela ótica da persistência cultural. Panich e colaboradores (2018) definiram persistência como uma rearticulação intencional das populações nativas após o contato, interpretando a materialidade como uma trajetória dinâmica e ininterrupta (Panich *et al.*, 2018, p. 11-12). Outros pesquisadores, como Silliman e colaboradores (2005), interpretaram que as comunidades indígenas tiveram que se transformar para poder sobreviver, e ao criar parcerias com a equipe, essa perspectiva contribuiu positivamente na visibilidade da memória social desses grupos (Silliman, 2005). Dessa forma, os conceitos de continuidades e transformações estão interligados como meio de acessar narrativas historicamente omitidas.

No contexto brasileiro, Sallum (2018) e Noelli e Sallum (2020) são pioneiros na introdução do conceito de persistências culturais no contexto das ceramistas de São Paulo. Eles propõem o uso de fontes históricas em conjunto com a materialidade para delimitar os territórios e as fronteiras indígenas dos Tupiniquins de São Paulo/SP (Noelli; Sallum, 2020). Sallum (2018) argumenta que a materialidade não mudou por encantamento e nem de forma igual para todos os grupos, sendo importante analisar as estratégias locais de interação. Essa perspectiva, ainda em desenvolvimento pelos autores em novos trabalhos, demonstra um meio viável para os estudos de contato cultural. Os estudos de persistência são relevantes, nesse sentido, por desviar de uma interpretação generalizada sobre a experiência indígena.

Nos contextos em que foi aplicado o conceito de aculturação, o apagamento indígena resultou de uma interpretação rasa e eurocêntrica, comum nos primeiros registros de sítios de contato, onde não aprofundou-se o entendimento das transformações culturais das populações nativas.

Inicialmente, as escavações no Sítio de Manguinhos pretendiam compreender os tipos de assentamento e o contato cultural que ocorreram naquele local, bem como analisar a forma que o viés teórico dos pesquisadores pode ter influenciado seu registro. A partir dos resultados negativos da escavação, que não identificou o contexto

original, percebeu-se a necessidade de repensar como as vertentes influenciaram a identificação desses sítios.

IDENTIFICAÇÃO

Como mencionado anteriormente, o Sítio Arqueológico de Manguinhos foi descoberto em 1966, após fortes chuvas, com o desmoronamento de um barranco que fica na Avenida Brasil, na Fundação Oswaldo Cruz (Beltrão, 1966). Na ficha de registro, consta que foram encontrados fragmentos de cerâmicas europeias e indígenas associados a exemplares de fauna malacológica. Apesar da dificuldade relatada em associar os materiais devido ao desmoronamento do barranco, o sítio foi posteriormente interpretado como sendo uma das aldeias visitadas pelo cronista Jean de Léry, seguida por um aldeamento indígena possivelmente Payó ou Saringuá (Beltrão 1966, 2014; Beltrão; Laraia, 1969). Na ficha também é citada a coleta desses materiais, eles, porém, não foram encontrados nas reservas técnicas, mesmo antes do incêndio de 2018 no Museu Nacional. Devido às interpretações estarem fundadas sobre poucas evidências e baseadas em uma linha teórica desatualizada, o projeto de pesquisa de 2021 foi elaborado com o objetivo de revisitar esse sítio. As imagens presentes no relatório de 1966 ilustram o que seria uma materialização das interpretações teóricas da época.

Figura 1. Compilado das duas imagens do relatório do sítio. À imagem a esquerda, está o perfil do barranco com a presença de fragmentos cerâmicos. Já a imagem à direita mostra o barranco sem os materiais, mas com a marcação nas laterais da foto com a divisão das camadas.



Fonte: Beltrão, 1966.

Durante a escavação de Miranda (2021), foram realizadas duas sondagens nesse mesmo perfil do barranco (RA1.1-1 e RA2), com resultados muito diferentes dos de 1966. O que originalmente se tratava de uma camada “pré-histórica”, nas escavações recentes foi caracterizada como uma deposição de descarte pertencente a um contexto produtivo da Fazenda Manguinhos do final do século XIX (Miranda, 2021). O pacote era composto por fragmentos de tijolos, conchas, telhas capa-e-canal, fragmentos de cerâmica e um fragmento de louça do tipo *cut-sponge*, que auxiliou na datação do contexto de deposição.

Figura 2. Sondagem RA1-1.1. Camadas de aterro e o pacote de descarte do século XIX.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 3. Sondagem RA2 com uma estratigrafia similar às imagens de Beltrão (1966).



Fonte: Miranda, 2021.

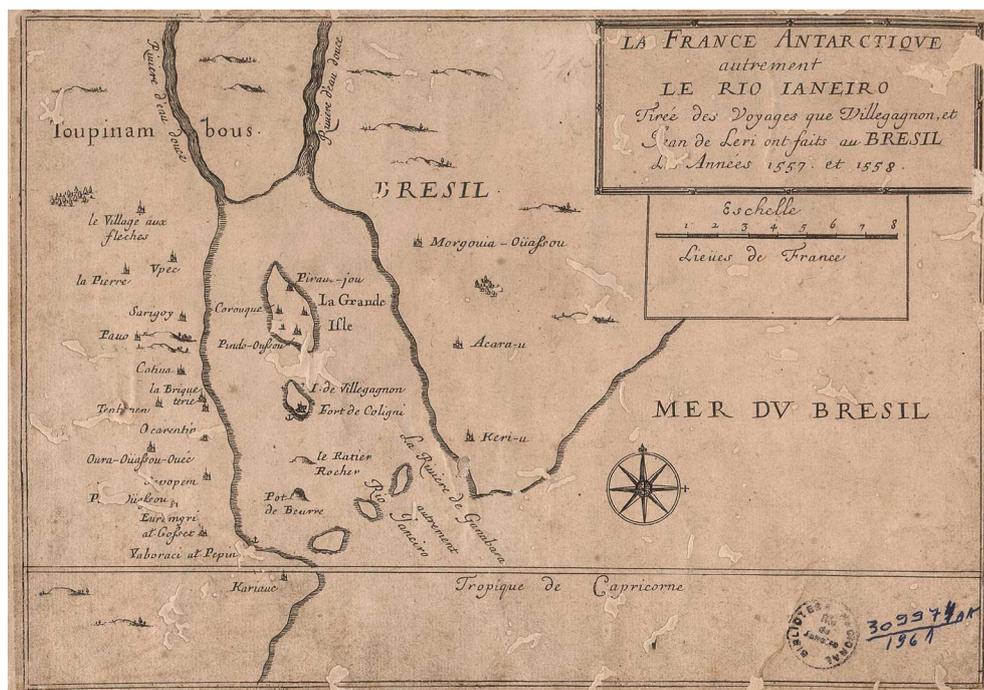
Comparando as imagens do registro do sítio de 1966 com as imagens da escavação de 2021, é possível ver o comportamento estratigráfico similar. Considerando-se que as camadas se encontram no mesmo barranco, há algumas possibilidades sobre a ausência

dessa camada que foi primeiramente identificada por Beltrão (1966). Miranda (2021) discute que uma das possibilidades sobre preservação seria que a camada associada ao contexto indígena era pouco espessa e, por isso, seria uma ocupação menor – ou que não se encontrava de forma uniforme no barranco – por isso, não foi encontrada nas escavações recentes.

Desde as primeiras identificações dos sítios de contato cultural, utilizam-se os relatos elaborados por cronistas e colonizadores como uma interpretação direta daquele período, ao invés de se investigar a documentação como interpretações sobrepostas, conflituosas ou pontos de vista diferentes (Wilkie, 2006, p. 14). Essas fontes são fruto do seu tempo, produzido em contextos culturais e históricos específicos, similar a outros artefatos (Wilkie, 2006, p. 14). A associação, por exemplo, do contexto de Manguinhos a grandes aldeias na Baía de Guanabara, a partir da localização de mapas da época, é problemática. A Figura 4 apresenta um mapa da Baía com algumas das aldeias identificadas pelo cronista Léry, incluindo possíveis aldeias que Beltrão e Laraia (1969) associaram ao contexto de Manguinhos por meio de uma sobreposição aproximada com a configuração da atual Baía de Guanabara. No entanto, a ilustração não é uma representação fiel ao verdadeiro formato da Baía.

De todo modo, a interpretação de um conjunto de fontes históricas é importante para conseguir compor, o máximo possível, a identificação de lugares de potencial arqueológico para essas interações interculturais. Segundo Abreu (2010, p. 213), Estácio de Sá concedeu 60 doações de terra entre 1565 e 1566, com o propósito de demarcar juridicamente os espaços portugueses. O documento “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro de 1565 a 1796”, de José Pizarro de Sousa Azevedo e Araujo (1901), também reforça que as demarcações de terra tinham como objetivo colonizar o espaço, mesmo quando os terrenos não estavam sob pleno domínio dos portugueses. É relevante notar que as concessões utilizaram os locais indígenas como referência para a delimitação das terras, como, por exemplo, as aldeias Piraquaim, Pindobossu, Juraasumerim, Sapupema e Jacotinga (Araujo, 1901), algumas já citadas nas fontes dos cronistas.

Figura 4. Mapa elaborado por Léry, “La France Antarctique autrement le Rio Janeiro” 1557-1558. Demarcação do local sugerida por Beltrão e Laraia (1969).



Fonte: Biblioteca Nacional.

O modo de legitimar o domínio europeu não significa que não existiam populações locais ainda convivendo no Rio de Janeiro/RJ livremente ou escravizados. Segundo Anchieta (1933), a cidade do Rio de Janeiro no final do século XVI era composta por aproximadamente 3.850 pessoas, sendo 3.000 indígenas e 100 africanos, indicando que havia forte presença indígena. De fato, no contexto do Engenho do Camorim, em Jacarepaguá, foi evidenciada uma farta materialidade associada à presença de indígenas na primeira metade do século XVII (Peixoto, 2019). Durante as escavações foram encontrados numerosos fragmentos de vasilhas utilitárias com características indígenas, descartados juntamente com cerâmicas relacionadas à produção de açúcar e outros itens (Peixoto, 2019). Essa presença, contudo, tem sido pouco representada em outros sítios arqueológicos urbanos da cidade, ainda que nos últimos anos se observem avanços.

Um bom exemplo disso são as escavações que vêm sendo realizadas na Estação Rádio da Marinha, na Ilha do Governador, pela equipe do Laboratório de Arqueologia Histórica do Museu Nacional/UFRJ, onde também estão sendo descobertas evidências sobre a escravização indígena e africana no contexto dos engenhos dos séculos XVI e XVII (Souza; Buarque, 2019).

Outras evidências desse período têm sido acessadas principalmente em pesquisas preventivas feitas no centro da cidade do Rio de Janeiro (Peixoto, Machado, 2022). Porém, a recuperação de evidências desse período varia bastante, dependendo do tipo de intervenção urbana que ocorreu no século XX, das limitações das áreas de escavação escolhidas pelo contratante de uma obra, bem como de outros processos de modificação ocorridas ao longo do tempo.

Como mencionado anteriormente, o cadastro e a identificação do Sítio de Manguinhos foram realizados em 1966, classificando-o como um sítio de caráter multicomponencial, sendo pré-histórico, de contato e histórico. Considerando que a classificação “período de contato” nos cadastros refere-se apenas aos primeiros anos de interação cultural entre indígenas e europeus – e não necessariamente à continuidade do indígena histórico no registro arqueológico –, informações sobre os diferentes grupos culturais nem sempre são incluídas na documentação quando um sítio é registrado. Existem algumas exceções, como o Sítio Porta do Commercio, atualmente pesquisado por Cordeiro (em andamento), que busca refletir sobre as relações de contato entre diferentes grupos subalternizados, incluindo a análise da materialidade indígena.

A discrepância na quantidade de materiais de sítios históricos com presença indígena parece estar relacionada aos processos de destruição resultantes das rápidas transformações urbanas, sendo este o fator mais determinante para a ausência de alguns contextos.

PROCESSOS DE FORMAÇÃO

Um dos fatores que acredito ter contribuído para a ausência de contextos de contato cultural na cidade do Rio de Janeiro é o processo acentuado de urbanização sofrido ao longo do tempo. A paisagem natural consistia de uma variedade de ecossistemas com bastante biodiversidade, composto por manguezais que se estendiam pelo litoral, bem como lagunas, brejos, pântanos, estuários, enseadas, gamboas, costões rochosos, restingas, praias e ilhas (Amador, 2013).

Além dos relatos dos cronistas, há evidências arqueológicas sobre a densidade dos assentamentos indígenas no Estado. Nos sítios localizados no complexo Lagunar de Araruama (Buarque, 2009), por exemplo, foram escavados 8 sítios Tupinambá, onde a maioria das aldeias variava de dois a oito hectares, exceto Morro Grande, que media 130 hectares e estava situado em uma área urbana (Buarque *et al.*, 2020, p. 29). Esse sítio é uma fonte de informação importante sobre o uso do espaço e as ocupações Tupinambá,

demonstrando a possibilidade de preservação no meio urbano. No entanto, no caso da cidade do Rio de Janeiro/RJ, o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa, principalmente a partir do final do século XIX, planejado com base em um modelo urbano-industrial.

No caso do Sítio Arqueológico de Mangueiros, embora atualmente possa ser considerada uma região próxima ao centro urbano, a então freguesia colonial de Inhaúma se manteve como uma zona rural até a instalação do Instituto Soropédico Federal, em 1900, posteriormente chamado de Fundação Oswaldo Cruz (Oliveira *et al.*, 2003, p. 32). Mesmo antes da construção da Avenida Brasil, a região já vinha experimentando um crescimento urbano devido às linhas ferroviárias instaladas, como, por exemplo, a Cia. Leopoldina Railway e o Porto de Inhaúma, ainda em funcionamento naquela época (Oliveira *et al.*, 2003).

O plano urbanístico original da região previa a instalação de fábricas e residências para operários, mas a construção das vias expressas interrompeu esses projetos, contribuindo diretamente para a degradação ambiental da área e para a migração de seu entorno (Fernandes, Costa, 2009). O crescimento urbano descontrolado também foi um fator importante para a destruição dos assentamentos anteriores e para a sobreposição de múltiplas camadas de aterro. Caso os vestígios da camada identificada por Beltrão em 1966 estivessem presentes em um escopo maior de assentamento, dificilmente teriam se preservado. Embora o crescimento urbano tenha se acelerado nas últimas décadas, durante o registro do sítio – apesar de já estar instalada a Avenida Brasil – a paisagem ainda mantinha características rurais, como visto na Figura 5. A paisagem atual da Fundação Oswaldo Cruz, ilustrada na Figura 6, evidencia a grande diferença de urbanização na região nas últimas décadas.

Figura 5. Imagem da Fundação Oswaldo Cruz, datada entre 1940 e 1950, com o Castelo Mourisco e o Pavilhão Rockefeller, e à direita a Avenida Brasil.

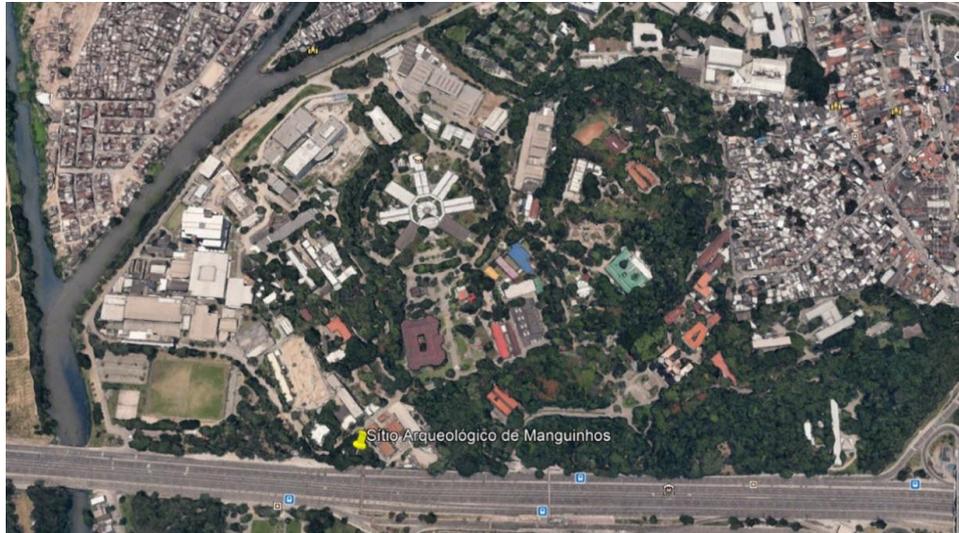


Fonte: Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

Utilizados como uma forma de domesticar a paisagem ao conquistar mais espaço construtivo, os aterros são ambientes semifechados e intrusivos para os ecossistemas da região; ao criar as paisagens artificiais terminam por agravar inundações anualmente

(Amador, 2013, p. 177). Como consequências dessas modificações, a ação antrópica cumulativa prejudicou a ordem social, econômica e ambiental da baía (Amador, 2013, p. 290), bem como os depósitos arqueológicos existentes na região.

Figura 6. Vista aérea do Sítio Arqueológico de Manguinhos.



Fonte: Google Earth, 2021.

Os aterros podem ser considerados deposições e redeposições complexas. Na perspectiva arqueológica, são frequentemente caracterizados como “solo perturbado”, por se tratarem de depósitos provenientes de outros locais, contendo artefatos e sedimentos intrusivos (Souza, 2022). Também são descritos como depósitos tecnogênicos, já que resultam de movimentações intencionais de materiais e de solo em função da ocupação humana (Rubin *et al.*, 2019, p. 52). Compostas principalmente por material construtivo e de descarte, as camadas de aterro têm seu valor do ponto de vista arqueológico. Em alguns casos, principalmente em aterros mais antigos, elas funcionam como uma forma de “selar” camadas com material arqueológico sob as ocupações mais recentes, o que eventualmente pode contribuir para a datação relativa desses espaços construídos.

Os aterros são uma parte importante da formação de sítios urbanos e auxiliam o entendimento geral desses processos, como, por exemplo, as mentalidades e políticas que orientavam as ações de preservar, descartar ou transformar (Souza, 2022). Enquanto o passado indígena foi intencionalmente apagado ao longo da construção da cidade do Rio de Janeiro/RJ, o que se escolheu preservar recai, principalmente, sobre os vestígios históricos do final do século XIX, especialmente aqueles relacionados a contextos de arquitetura colonial com expressividade política e econômica.

O caso de Salvador, Bahia, escavado por Najjar (2010), é um exemplo em que escavações extensas foram realizadas na área mais antiga da cidade, o Pelourinho, revelando o uso intensivo de aterros para a modificação da paisagem natural entre os séculos XVII e XIX. Assim como no Rio de Janeiro, a cidade de Salvador apresenta uma topografia marcada por relevos, tendo sido inicialmente ocupada pelos europeus nas áreas mais elevadas e, posteriormente, nas partes mais baixas, após a inserção de aterros para ampliar os espaços disponíveis. Na Cidade Alta, os aterros tinham a função de preencher irregularidades no solo, nivelando o terreno para implantação de novos quarteirões e ruas, deslocando e modificando muitos sedimentos arqueológicos (Najjar, 2010). Najjar (2010, p. 281) considera que os aterros devem ser analisados como artefatos, devido à sua função

de modificar e controlar a natureza para a implantação da malha urbana, além de serem interpretados como uma segunda deposição arqueológica. A ideia de aterros como um descarte secundário de materiais se encaixa no modelo de processos de formação proposto por Schiffer (1986) e representa bem a natureza das modificações urbanas e sociais, uma vez que são ocupações contínuas com sobreposições de diferentes aterros ao longo do tempo.

Na escavação do sítio de Manguinhos para esta pesquisa (Miranda, 2021), optou-se por escavar a área do barranco onde o sítio foi identificado originalmente, mas também seu entorno, com o objetivo de delimitar outras possíveis ocupações. Foi selecionada uma área verde entre a edificação do Centro Hospitalar da Covid, as ruas internas da instituição e a Avenida Brasil, que poderia apresentar contextos minimamente preservados. No entanto, as três sondagens abertas nessa área revelaram uma sobreposição de diferentes camadas de aterro, representando momentos distintos da urbanização do espaço, bem como o ambiente natural do local.

Também foi escavada a área no topo do morro onde se localizava o barranco, a fim de verificar se havia alguma evidência de estruturas. Contudo, foram encontradas apenas camadas de aterro e, ao final, a rocha residual do morro.

A Figura 7 apresenta três sondagens com os comportamentos dos aterros. Na sondagem RA2 – imagem à direita na compilação – foram observadas camadas finas de material construtivo, além de fragmentos que aparentavam ser compostos por pedras menores de jardinagem. Apesar de a superfície corresponder ao estacionamento do Pavilhão Rockefeller, o subsolo parece ter sido completamente removido mais recentemente.

Nas sondagens da parte baixa, na altura da Avenida Brasil, foram identificadas até seis camadas de aterro que foram depositadas sobre o mangue. Foi possível observar que as quatro primeiras continham uma quantidade maior de materiais de descarte, com vestígios de objetos da primeira metade do século XX, inclusive plástico, e referentes ao uso do espaço pela Fundação Oswaldo Cruz. Na sondagem A1-1.1-4, referente à imagem central da compilação da Figura 7, a Camada 5 de aterro era composta apenas por pedras e fragmentos de tijolo, indicando uma possível função de nivelamento ou aterramento do mangue. Já na Camada 6, caracterizada como uma camada húmica, correspondente ao sedimento natural do mangue, foi encontrado um fragmento de vidro descartado. Optou-se por realizar trados para verificar a existência de camadas mais profundas, mas o lençol freático da Baía de Guanabara foi alcançado nas duas sondagens da área.

Figura 7. Compilação da autora de três sondagens com contexto de aterros nas escavações de 2021.



Fonte: Acervo da autora, 2020–2021.

A ausência de uma camada indígena não deixa de ser um resultado válido de pesquisa. Identificada por Stone (1981) como uma evidência negativa, ela reforça a importância de se confirmar a existência da deposição arqueológica antes da destruição, para só então analisar o processo destrutivo. Um dos métodos sugeridos por ele é a reconstrução estratigráfica, geomorfológica e histórica onde os vestígios estavam situados, considerando fatores como a deposição de aterros e erosões naturais (Stone, 1981, p. 44). Nesse sentido, a escavação realizada em 2021 identificou uma estratigrafia composta por camadas de aterramento contínuas, que acabaram por desestruturar a configuração original da área, bem como quaisquer vestígios que pudessem estar em subsuperfície.

Wallach (2009) reitera a importância de realizar inferências sobre os traços ausentes nas escavações, pois eles constituem fatores importantes na reconstrução do passado – principalmente quando, a partir de uma ausência localizada, se realiza uma generalização da ausência (Wallach, 2019).

No contexto de Manguinhos, a única evidência sobre a presença indígena foi identificada na época do registro do sítio arqueológico. Desde então, os processos de urbanização e a subsequente sobreposição de aterros interferiram diretamente na preservação do contexto arqueológico, o que não significa que a presença indígena não existiu na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado neste artigo, o período de contato entre grupos indígenas e europeus no território brasileiro tem sido pouco explorado nas pesquisas arqueológicas realizadas em áreas urbanas. Acredito que um dos fatores para a baixa visibilidade desse tipo de contexto arqueológico seja consequência dos vieses teóricos que se modificaram ao longo do tempo e que contribuíram diretamente para seus registros e identificação.

Em um primeiro momento, quando sítios de contato começaram a ser registrados – como o Sítio de Manguinhos, em 1966 –, as interpretações limitavam a presença indígena aos períodos pré-históricos ou, no máximo, aos primeiros contatos com grupos culturais europeus. Trabalhos com perspectivas e abordagens mais atuais, como os de Peixoto (2019), Souza e Buarque (2020) e Cordeiro (em andamento), têm demonstrado uma participação indígena ativa nos primeiros séculos de ocupação do Rio de Janeiro.

No caso do Sítio de Manguinhos, onde foram encontradas evidências de uma ocupação histórica da segunda metade do século XIX – em vez do contexto indígena que motivou seu cadastramento –, outros fatores precisaram ser considerados como responsáveis por sua ausência no registro arqueológico atual. As transformações urbanas desde o século XVI, principalmente a intensificação urbano-industrial do século XX, certamente foram determinantes para alterações nos contextos originais que preservavam vestígios indígenas.

A hipótese que se mostrou mais provável no contexto de Manguinhos, a partir das escavações de 2021, é a de que os vestígios indígenas foram progressivamente desaparecendo da estratigrafia, em decorrência dos sucessivos aterramentos ocorridos no local, os quais foram identificados nas escavações. Assim, a baixa visibilidade de vestígios relativos à presença indígena em contextos coloniais urbanos parece estar fortemente vinculada aos diferentes processos que moldaram os contextos arqueológicos ao longo da evolução urbana do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio A. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro 1502 – 1700*. v. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010.

- AMADOR, Elmo D. S. *Baía de Guanabara: ocupação histórica e avaliação ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.
- ANCHIETA, José de. Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554–1594). *Cartas Jesuíticas III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- ARAÚJO, José P. S. A. Relação das sesmarias da Capitania Do Rio De Janeiro: extraída dos livros de sesmarias e registros do carteiro do tabelião Antônio Teixeira De Carvalho, de 1565 a 1796. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v. 63.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Registro de pesquisa arqueológica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Divisão de Antropologia, Setor de Arqueologia; IPHAN, 1966.
- BELTRÃO, Maria da Conceição; LARAIA, Roque B. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, p. 203-217, 1969.
- BELTRÃO, Maria da Conceição. *Pré-história do estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora MusAbsurda. 2014.
- BINFORD, Lewis. Behavioral Archaeology and the “Pompeii Premise”. *Journal of Anthropological Research*, v. 37, n. 3, p 195-208, 1981.
- BUARQUE, Angela. *Étude de l’occupation Tupinambá dans la région sud-est de l’Etat de Rio de Janeiro, Brésil*. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Institut d’Art et Archéologie, Université Paris 1 Panthéon–Sorbonne, Paris (FR), 2009.
- BUARQUE, Ângela; BAUMANN, Thereza; CORDEIRO, Jeanne; BARBOSA-GUIMARÃES, Márcia. Entre dois mundos: franceses de Paratitou e tupinambá de Rouen. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 21-42, 2020.
- CAMPOS, Guadalupe N. *Programa de pesquisa arqueológica de Manguinhos: Anexo Lelio Rockfeller e Arruamento*, Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz. Relatório, 2014.
- DEETZ, James. *In small things forgotten*. New York (US): Anchor Books, 1977.
- FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato G. R. *Manguinhos: um século de projetos urbanos, ocupações e invasões*. In: *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 69-90.
- FONTANA, Bernard L. On the meaning of historic sites archaeology. *American Antiquity*, v. 31, n. 1, p. 61-65, 1965.
- JORDAN, Kurt, A. Colonies, colonialism, and cultural entanglement: the archaeology of postcolumbian intercultural relations. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David. (orgs.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York (US): Springer, 2009. p. 31-50.
- LATHRAP, Donald. *The Upper Amazon*. London (UK): Thames & Hudson, 1970.
- LIGHTFOOT, Kent, G.; MARTINEZ, Antoinette. Frontiers and boundaries in archaeological perspective. *Annual Review of Anthropology*. v. 24, p. 471-491, 1995.
- LIMA, Tania A. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.
- LIMA, Tania A. *Projeto Fiocruz: campus de Manguinhos, Rio de Janeiro. Relatório final de diagnóstico e potencial e levantamento arqueológico*, 2011.

- LIMA, Tania A. No asfalto: arqueologia histórica urbana no Brasil. In: SYMANSKI, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 115-168.
- LYMAN, Lee R.; O'BRIEN, Michael J.; DUNNELL, Robert C. *The rise and fall of culture history*. New York (US): Plenum Press, 1998.
- MIRANDA, Marina C. D. *Em busca dos sítios de contato em contextos urbanos: o caso do sítio arqueológico de Manguinhos, Fiocruz – RJ*. 2021. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- NAJJAR, Rosana. Compra-se aterro! Um novo olhar sobre o Centro Histórico de Salvador. In: NAJJAR, Rosana. (org.). *Arqueologia no Pelourinho*. Brasília: IPHAN, Programa Monumenta, 2010. p. 266-280.
- NOELLI, Francisco S.; SALLUM, Marianne. Para cozinhar...: as panelas da cerâmica paulista. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 501-538, 2020.
- OLIVEIRA, Benedito T.; COSTA, Renato; PESSOA, Alexandre José. *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- PANICH, Lee M.; ALLEN, Rebecca; GALVAN, Andrew. The archaeology of Native American persistence at Mission San José. *Journal of California and Great Basin Anthropology*, v. 38, n. 1, p. 11-29, 2018.
- PEIXOTO, Sílvia A. Jacarepaguá, a “Planície dos muitos engenhos”: uma arqueologia do sertão carioca, Rio de Janeiro, século XVII ao XIX. 2019. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEIXOTO, Sílvia A.; MACHADO, Christiane L. Arqueologia histórica na região sudeste do Brasil: passos e descompassos. In: SYMANSKI, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 571- 613.
- RICE, Prudence M. Contexts of contact and change: peripheries, frontiers, and boundaries. In: CUSICK, James. (org.). *Studies in culture contact: interaction, culture change and archaeology*. Carbondale (US) : Southern Illinois University Press, 1998. p. 44-66.
- RUBIN, Julio Cezar R. *et al.* Geoarchaeology and historical archaeology in Pelourinho, Salvador, Brazil: settlement, landscape, and hypotheses. In: INDA FERRERO, Hugo; GARCIA RODRÍGUEZ, Felipe. (org.). *Advances in coastal geoarchaeology in Latin America*. Cham (CH): Springer, 2019. p. 49-64.
- SALLUM, Marianne. Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SCARAMELLA, Giovani. Monitoramento arqueológico: rede água potável – Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ. GRIFO: Consultoria e Projetos em Arqueologia. Relatório final, 2019.
- SCHIFFER, Michael. Is there a “Pompeii Premise” in archaeology? *Journal of Anthropological Research*, v. 41, n. 1, p. 18-41, 1986.
- SILLIMAN, Stephen. Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of native North America. *American Antiquity*, v. 70, n. 1, p. 55-74, 2005.
- SOUZA, Marcos André T. Esencializando las cerámicas: culturas nacionales y prácticas arqueológicas en América. In: ACUTO, Félix; ZARANKIN, Andrés. (orgs.). *Sed nos Satiata II:*

- acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Buenos Aires (AR): Encuentro Grupo Editor, 2008. p. 141-155.
- SOUZA, Marcos André T.; BUARQUE, Angela. Olhando para o passado, pensando o futuro: as pesquisas arqueológicas na Ilha do Governador, Rio de Janeiro. *Revista de Arqueologia*, v. 32, n 2, p. 178-196, 2019.
- SOUZA, Marcos André T. Introdução ao estudo dos sítios arqueológicos históricos. In: SYMANSKI, Luis Claudio; SOUZA, Marcos André Torres de. (orgs.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 21-48.
- STONE, Glenn D. The interpretation of negative evidence in archaeology. *Atlatl*, v. 2, p. 41-53, 1981.
- SYMANSKI, Luís Claudio. Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos 20 anos. In: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado. (orgs.). *Cenários regionais em arqueologia brasileira*. São Paulo: Annablume Editora, 2009. p. 279-310.
- TENÓRIO, Maria Cristina. O. Avaliação do Potencial Arqueológico da área que será impactada pelas obras de pavimentação, drenagem e iluminação viária em vias de acesso diversas no campus da FIOCRUZ. Relatório do levantamento arqueológico preliminar, 2002.
- WALLACH, Efraim. Inference from absence: the case of archaeology. *Nature*, v. 5, n. 94, p. 1-10, 2009.
- WILKIE, Laurie A. Documentary archaeology. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary. (orgs.). *The Cambridge companion to historical archaeology*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2006. p. 13-33.